

# SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>AGRADECIMENTOS .....</b>   | <b>13</b> |
| <b>PREFÁCIO.....</b>  | <b>17</b> |
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>21</b> |
| <b>CAPÍTULO I</b>   |           |
| <b>NOÇÕES BÁSICAS SOBRE</b>   |           |
| <b>A EXCEÇÃO SUBSTANCIAL.....</b>   |           |
| 1. Considerações iniciais.....  | 25        |
| 2. As diversas acepções do termo exceção .....  | 26        |
| 2.1. Breve notícia histórica acerca da exceção no período<br>formular do direito romano.....        | 26        |
| 2.2. Os sentidos atualmente atribuídos ao termo exceção.....  | 30        |
| 3. Premissas para a delimitação conceitual de exceção .....   | 34        |
| 3.1. Primeira premissa: a pressuposição da condição de<br>demandado.....                            | 34        |
| 3.2. Segunda premissa: a exceção<br>não nega o direito contra o qual se opõe.....                   | 35        |
| 3.3. Terceira premissa: a exceção como espécie de contradireito ....                                | 39        |
| 4. Delimitação conceitual de exceção .....  | 45        |
| 5. Delimitação conceitual de exceção substancial.....   | 47        |
| 6. Classificação das exceções substanciais .....  | 56        |
| 6.1 Exceções peremptórias e exceções dilatórias.....  | 57        |
| 6.2 Exceções dependentes e exceções independentes.....  | 59        |
| <b>CAPÍTULO II</b>  |           |
| <b>A EXCEÇÃO DE CONTRATO</b>  |           |
| <b>NÃO CUMPRIDO.....</b>  |           |
| 1. Conceito.....  | 64        |
| 2. Espécies assemelhadas à exceção de contrato não cumprido.....                                    | 69        |
| 2.1. A exceção de adimplemento imperfeito<br>( <i>exceptio non rite adimpleti contractus</i> )..... | 70        |
| 2.2 A exceção de insegurança.....   | 72        |
| 3. Um necessário esclarecimento terminológico.....  | 78        |
| 4. Notas sobre a evolução histórica da exceção de inadimplemento .....                              | 79        |
| 5. A exceção de inadimplemento na experiência jurídica brasileira .....                             | 89        |

|            |  |     |
|------------|--|-----|
| 6.         | Pressupostos das exceções de inadimplemento e de insegurança.....  | 97  |
| 6.1.       | Vínculo sinalagmático .....  | 98  |
| 6.1.1.     | Noção de sinalagma e de vínculo sinalagmático .....  | 98  |
| 6.1.2.     | Fonte do vínculo sinalagmático .....   | 101 |
| 6.1.3.     | O vínculo sinalagmático nos contratos com prestações correspectivas .....                                      | 110 |
| 6.1.3.1.   | Justificação terminológica .....   | 110 |
| 6.1.3.2.   | Sinalagma genético, sinalagma funcional e regra do cumprimento simultâneo das obrigações.....                  | 116 |
| 6.1.3.3.   | A abrangência do sinalagma contratual.....   | 119 |
| 6.1.3.3.1. | Obrigações principais e obrigações secundárias.....  | 120 |
| 6.1.3.3.2. | Os deveres acessórios, laterais ou instrumentais de conduta .....  | 127 |
| 6.1.3.3.3. | Negócios jurídicos unilaterais.....  | 133 |
| 6.1.3.3.4. | Contratos plurilaterais .....  | 135 |
| 6.1.3.3.5. | Contratos de duração.....  | 139 |
| 6.1.3.3.6. | Os contratos sinalagmáticos <i>ex post facto</i> .....   | 141 |
| 6.2.       | Inexistência de obrigação de cumprimento prévio por parte do excipiente .....                                  | 146 |
| 6.3.       | Inadimplemento .....   | 158 |
| 6.3.1.     | Considerações gerais .....   | 158 |
| 6.3.1.1.   | Conceito, abrangência e relação com a exigibilidade.....   | 158 |
| 6.3.1.2.   | Classificação do inadimplemento.....   | 161 |
| 6.3.1.2.1. | Inadimplemento imputável e inadimplemento inimputável ao devedor.....  | 162 |
| 6.3.1.2.2. | Inadimplemento absoluto/ definitivo e inadimplemento relativo/temporário .....                                 | 165 |
| 6.3.1.2.3. | Inadimplemento total e inadimplemento parcial .....  | 174 |
| 6.3.1.3.   | Inadimplemento e adimplemento imperfeito.....  | 176 |
| 6.3.1.3.1. | Conceito e abrangência do adimplemento imperfeito.....   | 176 |
| 6.3.1.3.2. | Adimplemento imperfeito por violação positiva do contrato (inobservância dos deveres laterais de conduta)..... | 179 |

## SUMÁRIO

|          |  |     |
|----------|--|-----|
| 6.3.2.   | O inadimplemento do devedor/excipiente.....  | 181 |
| 6.3.3.   | O inadimplemento ou adimplemento imperfeito<br>do credor/excepto.....                            | 185 |
| 6.3.3.1. | Considerações iniciais .....   | 185 |
| 6.3.3.2. | Inadimplemento absoluto/definitivo e<br>inadimplemento relativo/temporário .....                 | 187 |
| 6.3.3.3. | Inadimplemento imputável e<br>inadimplemento inimputável.....                                    | 194 |
| 6.3.3.4. | Inadimplemento total e inadimplemento<br>parcial .....   | 195 |
| 6.3.3.5. | Inadimplemento antecipado .....  | 197 |
| 6.3.3.6. | Inadimplemento e obrigação natural.....  | 202 |
| 6.4      | Formulação de demanda contra o devedor/excipiente.....   | 204 |
| 7.       | O princípio da boa-fé como parâmetro para o exercício admissível<br>da exceção .....             | 212 |
| 7.1.     | Considerações iniciais.....  | 212 |
| 7.2.     | Critério para avaliação da conformidade do exercício da<br>exceção ao princípio da boa-fé.....   | 214 |
| 7.3.     | O princípio da boa-fé e o exercício<br>da exceção nas hipóteses de adimplemento imperfeito ..... | 219 |
| 7.4.     | O princípio da boa-fé e a teoria do adimplemento substancial ..                                  | 223 |
| 8.       | Exercício da exceção e prescrição .....  | 228 |
| 9.       | Renúncia à exceção .....   | 233 |
| 10.      | Consequências do exercício admissível da exceção de<br>inadimplemento .....                      | 236 |
| 10.1.    | Suspensão temporária da exigibilidade da prestação .....   | 237 |
| 10.2.    | Afastamento dos efeitos da mora.....   | 239 |
| 10.3.    | Coerção indireta para cumprimento<br>da obrigação devida pelo excepto.....                       | 246 |
| 10.4.    | Não interrupção ou suspensão do prazo prescricional .....  | 247 |

### CAPÍTULO III

#### ASPECTOS PROCESSUAIS DA EXCEÇÃO

|   |            |
|---|------------|
| <b>DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO.....</b>  | <b>251</b> |
| 1. Considerações iniciais.....  | 251        |
| 2. Legitimidade para o exercício da <i>exceptio</i> .....   | 252        |
| 3. Necessidade de provocação do interessado<br>para o exercício das exceções de inadimplemento e de<br>insegurança e a consequência da não-arguição ..... | 272        |
| 4. Momento oportuno e meio adequado para a arguição das<br>exceções de inadimplemento e de insegurança .....  | 283        |
| 5. Regra da eventualidade e exceção de inadimplemento.....  | 290        |
| 6. A resposta do excepto: <i>replicatio</i> .....   | 300        |

|  |            |
|--|------------|
| 7. Ônus da prova.....  | 305        |
| 8. Solução a ser dada em caso de acolhimento<br>da exceção de inadimplemento ..... | 317        |
| 9. Arguição das exceções de inadimplemento<br>e de insegurança na execução .....   | 326        |
| 10. A distribuição dos deveres da sucumbência .....                                | 341        |
| <b>CONCLUSÕES .....</b>  | <b>349</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>353</b> |